



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

- Terminou no final de julho o prazo legalmente fixado para a prestação de contas por parte dos Municípios através do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- Em agosto, o Governo não se comprometia com qualquer data relativamente à divulgação destes dados;
- O Governo justifica estes atrasos com as alegadas dificuldades que os Municípios encontram naquele sistema de reporte de contas;
- Os dados em causa são essenciais não só para perceber a execução orçamental dos Municípios, mas também para a atividade de outras entidades, como o Conselho de Finanças Públicas, que já adiou por duas vezes o seu relatório sobre a evolução orçamental da Administração Local;
- Além do mais, a falta destes dados compromete a informação relativa ao prazo de pagamento médio dos municípios, sendo que a informação sobre os prazos médios de pagamento superiores a 60 dias não é atualizada desde 11 de novembro de 2019, com referência ao terceiro trimestre desse ano;
- Até à presente data ainda não se conhecem os referidos dados de endividamento, ou seja, não se conhece a dívida dos Municípios;

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

A Deputada do CDS-PP, abaixo-assinada, vêm por este meio requerer à Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1 – Passado mais de um mês sobre a data estipulada para reporte das contas por parte dos Municípios, qual é a data prevista para a apresentação do endividamento destas entidades?

2– Vamos conhecer o endividamento dos Municípios antes das eleições autárquicas?

3– Tendo em conta as dificuldades reportadas pelos Municípios, o que é que foi feito pelo Ministério para minorar esta situação e ajudar a resolvê-la?

Palácio de São Bento, 7 de setembro de 2021

Deputado(a)s

CECÍLIA MEIRELES(CDS-PP)